

ESTRATÉGIAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS SURDAS COM AUTISMO

Marina Vitória Silva Cruz¹

Victória Regina Alves Fiuza²

Wilma Pastor de Andrade Sousa³

Resumo

Muito se tem discutido sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e surdez, entretanto, quando se trata do estudante com autismo e surdez, essa discussão se apresenta escassa, sobretudo no campo literatura científica. Logo, desenvolver uma pesquisa envolvendo essas temáticas em um contexto de alfabetização na perspectiva do letramento foi altamente desafiador. Este trabalho tem como objetivo investigar quais estratégias são utilizadas no processo de alfabetização e letramento de crianças surdas com Transtorno do Espectro Autista - TEA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Para a coleta de dados, utilizamos a plataforma do Google Acadêmico de modo que pudéssemos nos aprofundar na temática através da leitura de artigos de resumo. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Os achados indicam que é importante que trabalhemos com interesses restritos e utilizemos recursos visuais e materiais concretos com crianças surdas com autismo.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Autismo. Surdez.

1. Introdução

Muito se tem discutido sobre Transtorno do Espectro Autista - TEA e surdez. Pensar em construir um projeto de pesquisa para um trabalho de conclusão de curso que envolva essas temáticas no contexto da alfabetização na perspectiva do letramento é desafiador e, ao mesmo tempo, instigante. Na literatura temos vasta quantidade de pesquisas, artigos e textos sobre esses

¹ Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: marina.cruz@ufpe.br

² Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: victoria.fiuza@ufpe.br

³ Professora Doutora do Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: wilma.pastor@ufpe.br

assuntos separados, mas são escassas as pesquisas que tratam de estudantes com autismo e surdez. Entretanto, foi a partir de experiências pessoais, durante vivências no programa de Residência Pedagógica com a temática “alfabetização e letramento na perspectiva bilíngue para surdos”, que nos deparamos com pessoas surdas com autismo. Diante dessa experiência, surgiu o interesse em pesquisar como se dá o processo de aprendizagem desses indivíduos, com foco na alfabetização na perspectiva do letramento.

No caso de estudantes neurotípicos e ouvintes, o método de alfabetização utilizado com maior frequência é aquele que parte do princípio de que será mais significativo para as crianças se alfabetizarem através de metodologias que envolvam seus interesses pessoais. Assim, o processo se dá de forma mais interessante para eles, além de estimular a consciência fonológica com rimas, aliterações, músicas, parlendas, cantigas etc. Ao trazer propostas que sejam significativas para as crianças durante o processo de alfabetização, adentramos brevemente em uma discussão sobre as teorias de aprendizagens.

Vygotsky (1989) investigou a relação entre os processos que ocorrem no interior dos estudantes enquanto eles interagem com o exterior, de que maneira eles são tocados por fatores sociais, culturais e históricos. Assim, quando o professor compreende essas relações, sabe que o seu papel é o de mediar, e não “transferir” o conhecimento. Ele entende que a aprendizagem também é um caminho de autonomia do estudante, da sua capacidade de perceber o mundo e se perceber como sujeito participante ativo em sua escolarização.

Freire (1963), um dos educadores mais prestigiados mundialmente, propôs dentre as variações do método analítico-sintético de alfabetização, o método de Palavração, que consiste na utilização de palavras do universo vocabular do alfabetizando. O sujeito tem contato com a palavra, depois a separa em sílabas e, com essas sílabas, pode gerar novas palavras. Isto é, a partir de palavras que o estudante já conhece, já tem uma relação afetiva com elas, o processo de alfabetização será facilitado.

Levantamos a hipótese de que é interessante pensar que a proposta de Paulo Freire, de um método não-fonético, pode ser um caminho para a

alfabetização de estudantes surdos, pois não é significativo para o surdo aprender língua portuguesa através de métodos fônicos/fonéticos. E, por isso, o PNE (2014) foi um marco importante para estabelecer o ensino bilíngue para surdos em escolas brasileiras, conforme a meta 4.7. Essa meta, além de garantir o Sistema Braille de leitura para pessoas cegas e surdo-cegas, garante que o estudante surdo e com deficiência auditiva tenha a oferta da educação bilíngue (Libras, como a primeira Língua, e a Língua Portuguesa como a segunda língua na modalidade escrita). Além do PNE, a LEI Nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), também foi um marco importante para que o surdo tenha acesso a modalidade de educação bilíngue desde a etapa da educação infantil até o ensino médio. Pois, o surdo precisa além de se apropriar de sua língua materna, aprender a língua portuguesa que é a primeira língua oficial do Brasil.

No Brasil, os surdos devem aprender prioritariamente a Libras, a língua materna, de instrução, e mais usual que possibilita a interação social e cultural entre eles. O ensino da língua portuguesa na modalidade escrita, também importante, não deve ser visto como algo estático e que o estudante precisa internalizar suas regras gramaticais. Deve envolver, principalmente, o letramento, pois de acordo com Geraldi (1999),

Vivemos numa sociedade letrada e para nos movimentarmos de um lugar para o outro acabamos necessitando de indicações registradas por escrito [...]. Aprender a ler é, assim, ampliar as possibilidades de interlocução com pessoas que jamais encontraremos frente a frente e, por interagirmos com elas, sermos capazes de compreender o mundo, as coisas, as gentes e suas relações. Isto é ler. E escrever é ser capaz de colocar-se na posição daquele que registra suas compreensões para ser lido por outros e, portanto, com eles interagir (GERALDI, 1999, p.70-71, apud SANTANA, 2018, p. 25-26).

Alfabetizar e letrar não são tarefas fáceis e demandam tempo, conhecimentos, objetivos, organização e método. Segundo Soares (2003), é um absurdo não ter método na educação, pois existem objetivos a serem traçados, e estes não serão alcançados se não tivermos bem definido qual método utilizaremos, pois no construtivismo a criança não aprende apenas

com o contato com diversificados textos (um ambiente alfabetizador), e sim com um trabalho bem estruturado. Para fomentar este processo, dentro do método, existe a utilização de recursos e materiais didáticos, porém, ainda há grande dificuldade por parte dos professores na criação de materiais didáticos adequados para atender às necessidades dos estudantes.

É sabido que pessoas com autismo podem apresentar diferentes especificidades. Dessa forma, o professor alfabetizador se depara com o desafio de alfabetizá-las, visto que se trata de um transtorno que afeta a linguagem, a comunicação, a interação social, entre outros. O que não podemos afirmar é que o estudante com autismo não conseguirá ser alfabetizado, pois o que fará diferença no processo de ensino e aprendizagem, é o docente ter o conhecimento sobre o transtorno, conhecer o aluno, seus interesses, dificuldades e particularidades para colocar em prática métodos e estratégias que tornem a alfabetização prazerosa e significativa para ele.

Desde os anos 70, o conceito de consciência fonológica começou a ser utilizado e vem evoluindo até então. Hoje, existe um relativo consenso de que aquilo que chamamos de consciência fonológica é um grande conjunto ou uma “grande constelação” de habilidades de refletir sobre os segmentos sonoros das palavras. A consciência fonológica não é uma coisa que se tem ou não, mas um conjunto de habilidades que varia facilmente”. (MORAIS, 2012, p.53).

A nossa inquietação surge a partir de tais conceitos apresentados anteriormente. Se no processo de alfabetização é necessário que a consciência fonológica seja desenvolvida nas crianças ainda bebês, quais estratégias podem ser utilizadas para auxiliar no processo de crianças surdas com autismo? Diante desse questionamento, este estudo tem como objetivo principal, investigar quais estratégias são utilizadas no processo de alfabetização e letramento de crianças surdas com autismo. Além dos seguintes objetivos específicos: a) traçar o perfil do professor e da criança participantes deste estudo; b) identificar estratégias didático-metodológicas usadas para alfabetizar crianças surdas com autismo; c) refletir sobre os recursos didático-metodológicos utilizados com a criança surda com autismo em seu processo de alfabetização. Para tanto, discutiremos a seguir sobre alfabetização na perspectiva do letramento.

2. Alfabetização na perspectiva do letramento

Inicialmente, iremos dialogar sobre um tema que possui bastante tensões em seu entorno. Um tema não tão atual, mas bastante instigante. Os caminhos

e descaminhos do processo de alfabetização. A ideia aqui é lembrar alguns métodos de alfabetização e, quando falamos em lembrar não pretendemos, com isso, defender ou trazer para práticas atuais métodos tradicionais, o intuito é refletir sobre tais métodos e, na medida do possível, ir adequando às mudanças exigidas pelas demandas que surgem, tanto na sociedade, como no

âmbito da pesquisa acadêmica. Pretendemos, a partir daí, responder às seguintes questões: é possível alfabetizar sem método? Qual caminho devemos percorrer para auxiliar no processo de apropriação do sistema de escrita alfabético (SEA) dos nossos estudantes surdos com autismo?

Podemos elencar aqui os métodos sintéticos de alfabetização, que consistem no estudo de unidades mais simples, para as unidades maiores. Isto é, acredita-se que para a criança ser alfabetizada, ela precisa ter contato primeiramente com as letras, fonemas ou sílabas, para depois partir para palavras, frases e textos. Os métodos analíticos, por sua vez, partem do princípio de que as crianças precisam memorizar as palavras, frases ou pequenos textos e em seguida analisam suas letras e sílabas. (GALVÃO; LEAL, 2005). Por último, os métodos analítico-sintéticos, se caracterizam como um processo de alfabetização que parte de unidades maiores (palavras, frases ou textos), para em seguida haver a decomposição desses elementos para o estudo das sílabas ou letras (analítico-sintético) constituintes.

Ainda sobre métodos e estratégias utilizadas no processo de alfabetização, surge uma discussão que cada vez mais vem ganhando força no âmbito educacional quando falamos em alfabetização. É a consciência fonológica, conforme Morais (2005), nada mais é do que a habilidade de manipular os sons da nossa língua, ou seja, tudo parte da percepção do som. Até o surgimento da discussão sobre a habilidade de refletir sobre os sons da nossa língua, o processo de alfabetização era respaldado nos métodos apresentados anteriormente, principalmente os sintéticos, em que as crianças começavam a aprender as letras logo depois as famílias silábicas, para depois começar a escrever palavras e frases.

Os profissionais da educação tinham pouco acesso a estudos que diziam respeito sobre os benefícios da reflexão da consciência fonológica na leitura e escrita. Aliado ao processo de reflexão dos sons da nossa língua, surge também o debate sobre propostas de letramento, ou seja, propostas que façam com que as crianças possam compreender e fazer o uso da leitura e escrita dentro de contextos e práticas sociais, pois existe uma grande diferença entre uma pessoa letrada e uma pessoa alfabetizada, visto que, uma pessoa ainda que alfabetizada, ou seja, mesmo sabendo ler e escrever é

preciso que ela compreenda a função social da leitura e da escrita e faça o uso das mesmas nos contextos em que estão inseridas. Portanto, é necessário que nós professores façamos com que a alfabetização e o letramento andem lado a lado.

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. (SOARES, 2004, p.14).

Ou seja, são processos que dependem um do outro. São, portanto, indissociáveis. Na alfabetização, o processo de compreensão e uso da leitura e escrita em contextos sociais só acontece por meio do letramento que, por sua vez, depende da relação entre grafemas e fonemas, papel desempenhado pela alfabetização. É sobre essa temática da alfabetização e letramento de crianças surdas com autismo que faremos uma reflexão a seguir, considerando a importância dessa discussão, sobretudo pela demanda que emerge atualmente nas escolas, como pudemos observar quando da nossa experiência no programa de Residência Pedagógica em uma escola pública municipal na cidade de Recife-PE.

2.1 Alfabetização e letramento de crianças surdas com autismo

Na nossa discussão sobre métodos de alfabetização, consciência fonológica e letramento, percebe-se que, diferente do trabalho com estudantes ouvintes, não é possível fazer com que crianças surdas reflitam sobre os sons da nossa fala de forma natural. Diante disso, surgiu uma inquietação que foi objeto da nossa pesquisa, que foi, se a consciência fonológica é considerada por vários estudiosos da alfabetização como uma das garantias de sucesso no desenvolvimento da escrita, de que forma podemos alfabetizar crianças surdas com autismo?

Diante de nossas vivências em sala de aula, dentre algumas dificuldades que vemos em estudantes, apesar de conseguirem juntar sílabas, ler as palavras, escrevê-las, ainda que com alguns erros ortográficos, a maioria

deles não têm compreensão do que se lê. Seja de uma palavra, frase ou texto. Esta dificuldade está presente tanto no contexto do estudante com deficiência como sem deficiência. Muitas vezes, no âmbito educacional, isso ocorre porque ao serem ensinadas as primeiras letras, sílabas e palavras, alguns professores, em suas práticas pedagógicas tendem a dissociar esse processo do uso da leitura na vida social. Vale ressaltar que isso acontece no processo de alfabetização de estudantes de forma geral, mas diante das nossas experiências, percebemos isso de forma bem mais latente em crianças com alguma deficiência, transtorno ou característica pertencente a um determinado grupo restrito, no caso de estudantes surdos.

Como mencionado anteriormente, ainda há uma grande dúvida entre os educadores sobre qual o método mais apropriado para cada situação. Sabemos que cada estudante aprende de uma maneira diferente. A sala de aula é um ambiente heterogêneo e “a aprendizagem de um objeto cultural tão complexo como a escrita depende de processos deliberados de ensino” (OLIVEIRA, 2003, p.65 *apud* LIMA, 2016). Isto é, para aprender é preciso um ensino estruturado, com métodos e recursos didáticos que atendam às necessidades de cada alfabetizando. Diante dessa necessidade, percebe-se que se faz indispensável, além de outras estratégias, a prática do letramento. Essa heterogeneidade também se expressa através da presença de estudantes surdos com autismo, porém temos poucos estudos que respaldem a prática do professor alfabetizador com estes sujeitos na sala de aula, pois só dominar a Libras não é suficiente para obter sucesso na alfabetização. Pois,

Existem diversos estudos que visam a disseminação de informações quanto a prática educacional para o aluno surdo, mas são escassos os referenciais teóricos sobre como efetivar a escolarização de alunos surdos-autistas, uma realidade não rara encontrada nas escolas brasileiras. (COSTA; LIONE, 2020, p. 405)

O autismo é também uma realidade nas salas de aula. Se trata de um transtorno invasivo do desenvolvimento que pode variar entre leve e severo, pois pode afetar de maneiras diversas o indivíduo: seja no âmbito da linguagem, na interação social, na comunicação, no comportamento. (CAMARGO; RISPOLI, 2013). No entanto, não podemos ver essas questões do autismo como fatores determinantes ou limitantes no que diz respeito à aprendizagem. Hoje já temos algumas intervenções que vão do âmbito clínico ao educacional, que podem proporcionar a aprendizagem de forma inclusiva e eficaz.

A escola é um ambiente que pode colaborar de várias maneiras para construir indivíduos não apenas alfabetizados, mas também letrados. Para que isso aconteça, o repertório das crianças precisa ser ampliado para conter diferentes gêneros textuais que estão presentes na vida social, e ainda se faz necessário que essas práticas contemplem todos os estudantes, sem exceção. É preciso que o processo de alfabetização e letramento seja

conduzido de forma que as crianças entendam que a leitura e a escrita têm uma função que vai além do uso restrito apenas na escola. Pois:

A intimidade com diferentes tipos de textos, no entanto, nasce a possibilidade concreta de utilizá-los, em diferentes momentos da vida escolar e social. Não basta saber classificar os textos – isto é uma narrativa, isto é um poema, aquilo é uma receita – mas sim entendê-los, compreender como e por que são produzidos, e mais tarde ser capaz de escrevê-los. (CARVALHO, 2007, p.16).

Nesse sentido, compreendemos que independente de ser ouvinte ou não, ser neurotípico ou neuroatípico, é imprescindível que o processo de alfabetização não seja separado do letramento, mas diante das diferenças apresentadas de uma criança surda com autismo do restante da turma, o que mais é possível ser feito?

Uma das característica bastante perceptível tanto em crianças surdas como crianças com autismo, é que, em geral elas são bastante visuais, ou seja, necessitam de suportes visuais para auxiliar no processo de aprendizagem. Na criança com autismo, isso acontece porque o apoio visual pode ajudá-la a se organizar internamente, além de ajudar na compreensão de conceitos. Por exemplo, ao ensinarmos a palavra “panela”, podemos apresentar ao estudante com autismo uma figura de uma panela, ou até mesmo o objeto, para que ele pegue e faça sentido para ele. Assim, ele passará a fazer a correspondência da palavra com o objeto. Seria mais complexo, mas não impossível, se formos ensinar, por exemplo, a palavra “vento”, pois se trata de um conceito abstrato. Já com as crianças surdas, o sentido da visão pode ser mais desenvolvido, como forma de compensar a audição.

Tanto para a criança surda como para a criança com autismo, o uso de objetos e imagens, para além do uso do lápis e do papel, podem ser palpáveis e fará mais sentido para eles. Sousa e Mourão (2018) concluem que:

Essas peculiaridades têm implicações diretas no processo educacional da pessoa surda e geram adaptações curriculares, já que as especificidades relacionadas à linguagem trazem marcas na escrita da criança surda desde o primeiro ano, uma vez que essa geralmente sofrerá influência da língua de sinais. Além disso, a aprendizagem da escrita será feita por outros caminhos que não o som. O estudante surdo se apropria da

escrita por outras vias, sobretudo a visual, uma vez que há intensa exploração dos aspectos visuais e espaciais da escrita, mas, para isso, é necessário conhecer as palavras em diversos contextos de uso, pois ter um vasto vocabulário é importante, mas não resolve o problema de linguagem do indivíduo surdo. (2018, p. 38)

Nesse contexto, tudo volta para o ponto que foi inicialmente abordado: a necessidade de fazer o uso de práticas de letramento em sala de aula. O primeiro passo é fazer com que a criança “abra os olhos” para o mundo da escrita. Fazer com que os estudantes fiquem atentos ao uso social da escrita e que eles são capazes de fazê-lo. Entendemos que não é um método específico que vai auxiliar no processo de alfabetização dos estudantes surdos com autismo, mas sim, um conjunto de estratégias pedagógicas, que devem ser planejadas de forma estruturada, contendo um apoio de base visual para que os estudantes possam ser alfabetizados na perspectiva do letramento.

3. Metodologia

Inicialmente, tínhamos planejado um estudo de caso em uma escola pública municipal localizada na Zona Norte do Recife. No entanto, não foi possível porque a gestão do colégio não permitiu que estivéssemos presentes. A justificativa foi que, apesar de precisarmos apenas de alguns dias para observarmos as estratégias de alfabetização de uma professora dessa escola que tem em sala um aluno surdo com autismo, ele nos relatou que já haviam muitos estudantes fazendo estágios e pesquisas nessa escola e isso afetaria na rotina da comunidade escolar. Para o levantamento dos dados, faríamos uma entrevista semiestruturada com a professora participante, a qual tinha como objetivo traçar o seu perfil, além de identificar as estratégias didático-metodológicas utilizadas pela participante na alfabetização da criança surda com autismo. Além disso, realizaríamos 4 (quatro) observações em sala de aula, sendo cada uma em um dia previamente combinado com a professora, visando a sistematização dos dados coletados anteriormente. As observações seriam registradas em um diário de campo.

Como não foi possível, este presente artigo tem como caráter metodológico a pesquisa de natureza qualitativa, pois, para chegarmos ao

nosso objetivo, trabalhamos “[...] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças e atitudes correspondendo ao mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 2001 *apud* BARBOSA; CAVALCANTI; SOUSA, 2022, p. 55). Além disso, fizemos também uma pesquisa bibliográfica, pois:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44)

Para realizar o levantamento de dados, utilizamos a plataforma Google Acadêmico. Inicialmente, pesquisamos artigos de revisão sobre a temática, entre os anos de 2010 a 2022. Mas, devido à escassez de materiais que abordassem a questão de estratégias de alfabetização para estudantes surdos com autismo, tivemos que ampliar a nossa busca, pois os artigos de revisão vistos não contemplavam os dois públicos de forma “unificada”. Assim, partimos para a pesquisa de artigos de qualquer tipo, que trouxessem a discussão sobre o tema. Utilizamos o descritor: *estratégias de alfabetização e letramento de surdos com autismo*.

O corpus se constituiu de mil setecentos e noventa artigos, encontrados na plataforma Google Acadêmico, mas, devido aos critérios de inclusão, apenas duas obras foram selecionadas. Utilizamos os seguintes critérios de inclusão: *obras que comentassem, de alguma forma, acerca de estratégias de alfabetização e letramento de crianças surdas com autismo*, publicados entre 2010 e 2022. Fizemos a leitura dos títulos, e posteriormente, se fossem relevantes para o nosso objetivo de pesquisa, líamos os resumos. Após o levantamento dos trabalhos existentes na plataforma Google Acadêmico e a leitura de títulos e resumos, selecionamos as obras, buscando encontrar estratégias existentes para a alfabetização e o letramento de crianças surdas com autismo.

A análise dos dados se deu com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) que define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (2011, p. 42)

Sobre as etapas no processo de uso da análise de conteúdo, Triviños (2010) divide-as em três partes: a pré-análise, a descrição analítica, e a interpretação inferencial. A primeira, se refere a organização do material para ser analisado a partir da pergunta que envolve a pesquisa; a segunda, está relacionada à análise mais aprofundada das bibliografias selecionadas e, por último, a interpretação inferencial, etapa onde há a reflexão sobre o que foi pesquisado e sua interpretação. O que veremos adiante.

4. Resultados e discussões

Diante do que citamos anteriormente, através do nosso critério de inclusão presente na metodologia, analisamos, dentre os mil setecentos e noventa artigos encontrados, apenas um artigo, por este ser o único que estava enquadrado dentro dos critérios estabelecidos. A partir disso, apresentaremos o Quadro 1, com o artigo analisado, e o Quadro 2, com as questões facilitadoras e dificultadoras sobre as estratégias de alfabetização de estudantes surdos com autismo.

Quadro 1. Apresentação do trabalho analisado.

Ano	Título	Objetivo	Instituição
2020	Material estruturado para alfabetização de alunos surdos-autistas a partir de	Apresentar um modelo de Material Estruturado para Alfabetização de Alunos	Universidade Federal Fluminense (UFF).

	interesses restritos.	Surdos- autistas.	
--	--------------------------	----------------------	--

Fonte: elaboração própria.

O artigo teve com objetivo mostrar um material estruturado de alfabetização para estudantes surdos com autismo, com base nas preferências do aluno. O material apresentado está dentro da perspectiva visual de alfabetização. O estudante em questão tem um interesse restrito nas temáticas de cores e meios de transporte, então o primeiro material mostrado foi uma folha de cartões de cores com os nomes das respectivas cores e em seguida, duas folhas em preto e branco com a ordem das cores trocadas, afim de que o professor verifique se o aluno aprendeu de fato sobre as cores. Pois, quando o material repete as cores na mesma ordem, o aluno pode ficar condicionado à posição que a cor se encontra.

A habilidade de generalização se dá quando o aluno consegue identificar o conceito em outros contextos. Mas as autoras não comentaram se o aluno teria que pintar de acordo com o nome da cor que estava sendo exposta. Em outro momento, foi colocado retângulos coloridos com os nomes das cores em letra bastão, faltando apenas as vogais. Neste caso, o aluno teria que completar os nomes escrevendo apenas as vogais. Em seguida, os retângulos se repetiam, mas desta vez, o aluno deveria escrever os nomes completos das respectivas cores. Após o material sobre cores ser mostrado, as autoras expuseram imagens de meios de transportes, juntamente com uma folha contendo os nomes dos respectivos transportes para que o aluno recortasse os nomes.

Podemos observar ainda uma imagem do aluno formando uma frase sobre o meio de transporte (carro), e escrevendo a cor do carro, o que as autoras apontam como a fase de generalização com o material concreto (um carro de brinquedo). Por fim, as autoras mostraram frases pareadas às imagens, por exemplo: a casa é amarela (junto com a

imagem de uma casa amarela), e o objetivo da atividade era organizar a frase, já que ela estava embaralhada.

Apesar de as atividades não serem contextualizadas, acreditamos que elas entram na perspectiva do letramento, ao trabalharem o conhecimento de mundo, pois quando inserem elementos do cotidiano da criança, faz com que ela amplie o seu vocabulário e seu conhecimento de mundo. O que as autoras não comentam sobre o material é em qual momento a Libras foi inserida na aplicação, visto que deveria estar descrito na parte procedimental da aplicação do material estruturado. Subentendemos então que a Libras possa entrar nessas atividades para instruir o aluno, dar os comandos necessários a ele para a realização das tarefas, e para mostrar os sinais do que foi trabalhado (sinais das cores, de cada meio de transporte, etc).

Quadro 2. Elementos de ordem facilitadores e dificultadores encontrados no artigo entre os anos de 2010 e 2022 no processo de alfabetização e letramento de crianças surdas com autismo.

Facilitadores	Dificultadores
Utilização de interesses restritos como estratégia para a criação de recursos didáticos para a alfabetização de alunos surdos-autistas.	Falta de investimento e precarização da escola pública.
Adequação do ambiente de ensino, a fim de evitar distratores que possam interferir na aprendizagem.	Formação pedagógica insuficiente para essas demandas encontradas na escola.
Materiais com estímulos visuais e concretos, bem como apontar e	Desenhos de pessoas sinalizando palavras junto ao material podem confundir o estudante, devido a vasta

direcionar o olhar do estudante para a atividade proposta.	quantidade de informações visuais.
O Plano Educacional Individualizado (PEI), precisa estar alinhado à realidade de cada estudante.	Estudantes surdos não estimulados a usarem a Libras para a comunicação e interação social, que já são áreas comprometidas por conta do TEA.
Anteceder o que será feito para dar previsibilidade e diminuir a ansiedade dos estudantes.	

Fonte: Elaboração própria.

Sabemos que fazer com que os processos de alfabetização e letramento não sejam dissociados um do outro é um desafio e se torna ainda maior quando tratamos de crianças surdas com autismo mas não é impossível. Ao revisarmos o artigo *“Material estruturado para alfabetização de alunos surdos-autistas a partir de interesses restritos”*, podemos apontar que ainda que o educador tenha conhecimentos sobre esse público, a formação continuada se faz necessária, pois a pessoa com autismo se encontra dentro de um espectro e características que podem estar presentes em uma criança autista, não necessariamente estarão presentes em outras.

Algumas estratégias que identificamos, além de explorar recursos visuais e materializados, direcionar o olhar do aluno até o objeto em questão, é defendido que a ABA (Análise do Comportamento Aplicada) pode auxiliar no processo de alfabetização da pessoa com autismo, com um conjunto de programas individuais para serem aplicados, levando em consideração os comportamentos e interesses dos indivíduos, juntamente com o DTT (Ensino por Tentativas Discretas).

(NASCIMENTO, 2014, citado por COSTA; LIONE, 2020). Diante disso, no artigo foi exposto um método específico de alfabetização, o MAPA (Método de Alfabetização para Alunos com Autismo), criado pela professora Gisele Nascimento (2014) em sua dissertação de mestrado que envolve o uso da Análise do Comportamento Aplicada e o Ensino por Tentativas Discretas.

Entretanto, entendemos que o anseio de fazer cursos de formação continuada não é suficiente. Faz-se necessário que haja um investimento por parte do governo, além de um bom retorno salarial para os professores. Por outro lado, a gestão escolar também pode contribuir com esse processo dando suporte no que diz respeito ao alinhamento dos objetivos a serem alcançados, com o intuito de proporcionar um melhor aproveitamento, não só dos discentes mas também dos docentes.

É importante também que a família tenha participação ativa como parte constituinte da comunidade escolar, a fim de auxiliar os estudantes na trajetória de alfabetização e letramento, bem como em outras questões pedagógicas que emergem dentro da escola. O professor alfabetizador precisa ter um olhar sensível para os alunos, para melhor conhecê-los e saber de suas preferências e contextos que vivem, pois não é possível criar estratégias de alfabetização e letramento, muito menos avaliar o que é interessante para estes estudantes sem antes conhecê-los.

Um ponto muito relevante que foi apresentado como um facilitador, foi a elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI), pois a sua elaboração com a professora regente junto a professora da sala de recursos dará um norte para as práticas pedagógicas. Além disso, ele agrega observações que colaboram com a participação ativa do aluno na escola, como por exemplo, um ambiente sem muitos distratores que possam dificultar na atenção do aluno. Sousa e Mourão (2018) consideram que a utilização de materiais concretos para a aprendizagem é um facilitador nesse contexto. No entanto, não podemos ignorar algumas dificuldades encontradas hoje pelo professor em sala

de aula, a começar pela falta de investimento e precarização da escola pública, onde o professor precisa se desdobrar para criar recursos didáticos com materiais de baixo custo, fora do seu horário de trabalho e salários muito baixos para investirem em formação continuada de qualidade, o que reflete diretamente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

5. Considerações finais

Diante da pesquisa que fizemos e o que expomos neste artigo, destacamos a carência da discussão dessa temática envolvendo a alfabetização e letramento de crianças surdas com autismo. Percebemos que os artigos encontrados abordam o assunto de forma não unificada. E nossa preocupação é justamente: se este é um público existente nas salas de aula, porque este assunto é tão pouco ou nada discutido? Em qual base teórica os professores têm se apoiado para desenvolver suas estratégias e práticas pedagógicas? Qual suporte e formação esses profissionais têm recebido para obterem êxito na alfabetização desses sujeitos que têm o direito de aprender a Libras e a língua portuguesa (L1 e L2) de forma unificada? São questionamentos que surgiram ao longo da pesquisa e que deixamos aqui como sugestão para novas pesquisas.

Com base nos nossos objetivos de pesquisa e através do artigo encontrado na plataforma google acadêmico, apesar de termos encontrado apenas este artigo, foi possível identificar as estratégias mencionadas anteriormente, tais como: utilização de materiais concretos; alfabetização através de elementos de interesse restrito do aluno; ambiente propício para o ensino sem distratores, para alfabetizar crianças surdas com autismo diante dos facilitadores e dificultadores que apontamos. Este estudo, apesar de ter sido feito por apenas um artigo, o que também diz muito sobre a necessidade da pesquisa nesse âmbito, respondeu aos nossos questionamentos iniciais, todavia, ainda é

insuficiente. Com isso, acreditamos que se faz necessário mais investimentos em pesquisas acadêmicas que possam agregar na formação de professores e conseqüentemente na educação de modo geral e alfabetização e letramento desses sujeitos.

Através do nosso olhar, foi possível identificar que o material estruturado exposto atende aos objetivos propostos no artigo, pois as autoras expuseram através de imagens, a utilização de estímulos visuais para auxiliar no processo de alfabetização de crianças surdas com autismo envolvendo os interesses restritos do aluno em questão (meios de transporte e cores), e comentam também sobre a ABA e o DTT, que juntos podem auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de forma estruturada e intensiva, levando em consideração a importância de manejar alguns comportamentos que o aluno pode apresentar durante a realização das atividades.

6. Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Altera a legislação tributária federal. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em:

<pne.mec.gov.br>. Acesso em: 23 maio 2022.

CAMARGO, S. P. H. RISPOLI, M. Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. *Revista Educação Especial, Santa Maria*, v. 26, n. 47, p. 639-650, 2013.

CARVALHO, Marlene. O mundo está cheio de coisas escritas: vamos vê-las. In: *Guia prático do alfabetizador*. Editora Ática, São Paulo, 2007.

FONSECA GRANCHI, Maria Elisa; CIOLA BAPTISTELLA, Juliana de Cássia. *Vejo e aprendo: O ensino estruturado para pessoas com autismo*. São Paulo, 2016.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Editora Atlas, São Paulo, 2002. 4ª edição.

LIMA, R. A. S. C. *Reflexões Sobre os Processos de Ensino e Aprendizagem para as Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)*. In: Rafaella Asfora, Tícia Ferro, Wilma Pastor. (Org.). *Práticas pedagógicas em educação inclusiva: compartilhando experiências*. 1ed. Recife: Editora UFPE, 2018, v. 1, p. 75-92.

MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, Artur. *Revisão de antigas formas de alfabetizar*. In: Sistema de escrita alfabética. Curitiba: Autêntica, 2005.

SOARES, M. et al. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd 2003, Poços de Caldas.

SANTANA, L. S. A. *O letramento do educando surdo em língua portuguesa*. *Revista Sinalizar*, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 25- 38, jul./dez., 2018.

SOUSA, W. P. A.; MOURÃO, C. . Práticas de letramento para crianças surdas no ciclo de alfabetização. In: Lima, Rafaella Asfora; Cavalcante, Tícia Cassyane Ferro; Sousa, Wilma Pastor de Andrade (Orgs.). (Org.). *Práticas pedagógicas em educação inclusiva: compartilhando experiências*. 1ªed. Recife: Editora Universitária, 2018, v. 1, p. 25-39.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.